



## GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

### Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

### **Por dentro e por fora do Estado: as milícias do Rio de Janeiro e suas legitimações**

**Autoria:** Leonardo Brama (UFF - Universidade Federal Fluminense)

No estado do Rio de Janeiro, a categoria “milícia” vem reunindo, nos últimos anos, práticas e formas de organização de grupos criminosos diversas e heterogêneas, sincrônica e diacronicamente. Há uma diversidade de formas de organização e atuação do que atualmente se denomina, genericamente e muitas das vezes de forma abstrata, de milícia. Deve-se ter em mente a amplitude que o termo representou e pode representar: desde grupos de agentes estatais e/ou civis com o objetivo de “colocar ordem” no local até grupos organizados em redes político-econômicas articuladas, que alcançam as entranhas da máquina estatal. Diferente do que as teorias convencionais dizem a respeito, as milícias informam práticas de construção do Estado que se explicam mais pela sua presença e menos por sua suposta ausência. A categoria “milícia” foi resignificada na metade da década de 2000, quando começou a ser utilizada nos debates públicos do Rio de Janeiro para definir a atuação de tais grupos. Desde o início, houve diferentes interpretações acerca das milícias: enquanto algumas explicações ressaltavam as funções de defesa e controle territorial, outras apontavam mais para o aspecto lucrativo. Para o presente GT, esse work focaliza os processos de legitimação e deslegitimação, mitificação e desmitificação que caracterizaram tais grupos, desde que surgiram no debate público como um suposto novo ator social da “violência urbana”. A partir de entrevistas com pessoas que moram em “área de milícia”, dados etnográficos coletados em work de campo entre 2017 e 2018, documentos e matérias de jornal, analiso os termos nos quais se estabelecem as discussões acerca das milícias do Rio de Janeiro, a relevância que o Estado e os órgãos midiáticos tiveram, nos primeiros momentos, em legitimar certos grupos criminosos e, ao longo dos anos, em defendê-los em detrimentos de outros grupos considerados prioritários na agenda da segurança pública, como os traficantes. Ao mesmo tempo, através de relatos de pessoas que moram em “área de milícia”, abordo os recursos



simbólicos acionados por essas pessoas, propondo uma reflexão que permite pensar sobre algumas das bases de legitimação das milícias.



## Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

### Realização:



### Apoio:



### Organização: